

ta-se que eram os melhores de São Paulo e que algumas das alunas tornaram-se profissionais reconhecidas. Paulo Tagliaferro e Antonieta Rudge ensinaram piano para Marieta e Laura, respectivamente; Amélia Oliveira teve o mesmo professor de escultura que Tarsila.

Será que por detrás desta educação, inclusive das prendas domésticas e das artes ditas de salão - aparentemente superficiais, entendidas por alguns autores como tendo a finalidade, apenas, de tornar as moças companhia mais agradável e atraente em ocasiões sociais - não haveria o desejo da família, embora nem sempre explícito, de fornecer uma profissão para as mulheres? O número de parentas e conhecidas rememoradas que enfrentaram os revezes da vida - perda de fortuna, orfandade, viuvez, separação - e sustentaram filhos, pais e irmãos como professoras primárias, donas de escola, costureiras e doceiras é significativo.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que, a exemplo de outros memorialistas, dona Laura não deixa de acertar algumas contas, de fazer algum gossip. Estes comentários, aparentemente ingênuos, acabam por fornecer um rico material para análise da sociedade brasileira do período.

Contrariando o senso comum de alguns jornalistas que afirmam que a Avenida Paulista

era um reduto da elite cafeeira, afirma: "conheci a Avenida quase despovoada... daí me dar muita aflição vê-la em várias crônicas atuais com o título de 'Avenida dos Barões de Café'". Para provar o seu ponto de vista, faz uma relação das famílias estrangeiras que lá construíram suas casas... Noutro trecho: "Em frente, morava o seu Noné; sabem quem é? O Oswald de Andrade... Era um menino como nós, e não sei porque o chamavam assim. A mãe dele era imensamente gorda e contam que um dia entrou na banheira para tomar banho e ficou presa, sem poder sair; foi preciso arrombar a porta e puxá-la com veemência". Sobre Mário de Andrade: "rapazinho feioso e acaiprado... Naquele tempo o chamávamos de macacão"; e sobre Ana de Assis, mulher de Euclides da Cunha: "gorda, parecendo pouco faceira, filhos endemoniados. Quando, mais velha, soube da tragédia que os envolveu, fiquei pasma; pois então aquela senhora tão sem graça fôra o pivot de um crime passionai?".

MARIA LUCIA DE BARROS MOTT ■

MARIA LUÍSA ALBIERO VAZ ■

Negras e brancas em dados

Rio de Janeiro Plural - um guia para políticas sociais por gênero e raça.

AGUIAR, Neuma.

Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/luperj, 1994.

O livro *Rio de Janeiro Plural - um guia para políticas sociais por gênero e raça* da socióloga Neuma Aguiar divulga um conjunto significativo de informações sobre a situação sócio-econômica das mulheres fluminenses, num corte pioneiro com a questão racial.

A literatura mundial ao longo destes últimos 25 anos sobre o tema Mulher foi fruto da rebelião jovem que nos anos 60 sacudiu o mundo e tirou da letargia o movimento de mulheres na Europa e nos Estados Unidos. As reivindicações pelo reconhecimento de que somos diferentes mas iguais atingiram como ondas sucessivas todos os recantos do planeta. O Brasil vivia naquele período seus anos de chumbo e só no

bojo do Ano Internacional da Mulher promovido pela ONU em 1975 foi possível às mulheres brasileiras refazerem suas organizações e colocar suas demandas sociais no cenário político nacional. A emergência do movimento feminista foi assim um importante marco para a existência de estudos sobre o papel da mulher na sociedade. Em 1978 Neuma Aguiar, numa iniciativa pioneira, coordenou no luperj um seminário sobre A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, que reuniu pesquisadores (as) de todo o continente em um debate teórico e metodológico sobre o trabalho feminino e seu papel na libertação feminina. Os anos 1980 trouxeram como novidade a organização do movimento negro no Brasil, como um pujante movimento social. Desta forma, tem havido na academia um esforço na busca de traduzir as reivindicações feministas e dos negros pela construção de uma cidadania plena e de iguais. Esta preocupação tem norteado estudos e pesquisas, nos quais as informações são agregadas como suporte teórico das demandas sociais destes grupos na

tentativa de transformar suas realidades. *Rio de Janeiro Plural*, além de ser um livro fruto de um trabalho de uma veterana no trato destas questões, pretende ser um roteiro para possíveis ou futuras políticas públicas do estado fluminense. Um reparo a ser feito é que a origem dos Conselhos de Direitos da Mulher não foi uma recomendação da Segunda Conferência Mundial de Mulheres (Nações Unidas, 1985), mas fruto da ação organizada do movimento de mulheres brasileiras, e surgiram a partir de 1983 em vários estados e cidades brasileiras (p. 12/13).

Rio de Janeiro Plural deve ser entendido como um retrato em negro e branco do papel da mulher na sociedade fluminense. São fotografias instantâneas de vários aspectos da condição feminina, mas imóveis no tempo. A principal base de dados refere-se ao ano de 1988 e mesmo quando se recorre a outros anos permanece sempre a análise para este determinado ano. Assim não é possível fazer comparações, traçar trajetórias, desvendar o dinamismo/atraso da situação da condição feminina e racial no Estado. Não se sabe de onde se veio, nem para onde se vai.

O livro divide-se em cinco capítulos. Trabalho, Educação, Saúde, Violência e Participação Política das Mulheres no estado do Rio de Janeiro. Os aspectos raciais são mais um contraponto utilizado pela autora para a análise das questões de gênero, que é o cerne do tema do livro. Os capítulos formam um painel interessante, embora impreciso, onde se misturam dados preciosos com o discurso político do movimento social. Isto não é mau em si, mas fica difícil distinguir os argumentos técnicos dos ideológicos. Tem-se fotos, mas o contexto dos quadros não é apresentado, o cenário sócio-econômico do Rio de Janeiro não foi esboçado e não se sabe em que realidade aqueles seres se movem.

O primeiro capítulo trata da questão do trabalho das mulheres no Rio de Janeiro e foi escrito em parceria com Nelson do Valle Silva, Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira e Moema de Poli Teixeira, que também são responsáveis, junto com a autora, pelo segundo capítulo, sobre a questão da educação. O tema Trabalho Feminino tem sido um dos aspectos mais estudados sobre a mulher nos centros universitários e este texto apresenta-se inovador no tema, porque desagrega as informações de gênero e raça num corte regional. De forma sintética, todos os aspectos do mercado de trabalho são tratados no texto e isto é seu maior mérito, mas também seu calcanhar de Aquiles. Como são feitas poucas comparações com dados anteri-

ores, deixa-se de assinalar algumas mudanças importantes ocorridas com a mão-de-obra feminina. A maciça incorporação de mulheres no mercado de trabalho entre as décadas de 70 e 90 acaba não sendo suficientemente enfatizada no texto, com todas as conseqüências decorrentes. Um bom exemplo deste fato é dado pelo gráfico 1 (p. 21), que traça as taxas de atividade de homens e mulheres por idade. Houve uma mudança significativa na curva feminina, que antes tinha o formato da letra eme (isto era válido tanto para os Estados Unidos como para o Brasil) e agora em 1988 tem um formato semelhante à curva relativa ao trabalho masculino. O caráter segregacionista do mercado de trabalho permanece, pois comparando os dados dos Censos de 1950 e 1980 analisados por Marina Figueira de Melo¹ observa-se uma distribuição ocupacional para o País e para o Estado do Rio de Janeiro muito semelhantes. Vê-se que a segregação ocupacional das mulheres tem raízes históricas e culturais; estas ainda estão segregadas a umas poucas ocupações: empregadas domésticas, ocupações de escritório, professoras, costureiras, vendedoras, enfermeiras. O trabalho citado apresenta a estrutura ocupacional nacional em 1950 e 1980 e estas ocupações detinham 72,3% e 68,8% da PEA feminina, respectivamente. Para o Rio de Janeiro, em 1988 (Gráfico 30, p. 48), estas mesmas ocupações são responsáveis por 64% do emprego feminino no Estado. A mudança parece significativa, mas não podemos afirmar que os dados do Rio de Janeiro são representativos para o Brasil. Estes aspectos não podiam deixar de ser mencionados numa análise do trabalho feminino, porque eles contextualizam o caráter segregacionista do mercado de trabalho, mediante a atribuição de um caráter masculino ou feminino aos postos de trabalho. O processo de desenvolvimento acontecido no Brasil não modificou esta realidade.

O capítulo 2 trata da questão educacional, vista como um dos principais caminhos para a melhoria das condições de vida da população. O analfabetismo tem diminuído no Estado, mas as mulheres apresentam uma taxa ligeiramente superior à dos homens (p. 68); geralmente vivendo mais, a participação feminina é aumentada no contingente dos analfabetos por uma presença mais significativa de mulheres mais velhas na estrutura populacional. Nota-se que para as mulheres e negros o acesso à educação

¹ MELLO, Marina Figueira de. A Discriminação Informal da Mão-de-Obra Feminina. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, vol. 7, fevereiro de 1985.

é vivenciado de forma diferente. Os negros entram mais tarde na escola e saem mais cedo e as mulheres ingressam mais cedo e permanecem mais tempo. Isto acaba também acontecendo para os homens brancos a pressão para que os homens tenham uma atividade remunerada levamos a ingressarem no mercado de trabalho mais cedo. A escolaridade feminina supera ou é igual à masculina, embora os brancos tenham mais escolaridade que os negros (Gráfico 42, p. 72). Embora o nível educacional das mulheres tenha aumentado, esta maior escolaridade não se tem traduzido em maiores salários. A análise dos diferenciais de salários documenta a discriminação de gênero e raça no trabalho e na vida como aponta o senso comum

O capítulo 3 é dedicado à questão da saúde; utiliza, além das estatísticas da PNAD/1988, a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (INAM, 1990) para o estado do Rio de Janeiro. São informações preciosas sobre a forma como esta questão é vivenciada pelas mulheres e constituem um painel abrangente sobre o tema. Os dados incluem desde a busca de atendimento médico até os sintomas apresentados pela população (masculina e feminina). O item fecundidade, mortalidade e esperança de vida demonstra a queda da fecundidade das mulheres do Rio de Janeiro (4,4 em 1940 para 2,5 em 1985). Mas, como não foi feita nenhuma comparação com o Brasil ou outros estados, não se pode extrair o verdadeiro significado dessa queda. Este problema é recorrente para o caso da mortalidade; as mulheres vivem mais que os homens e a mortalidade infantil foi reduzida, mas esta é uma fotografia isolada do problema. O item contracepção mostra quais os métodos contraceptivos preferidos pelas mulheres do Rio de Janeiro, uma combinação de pílulas e esterilização, e conclui afirmando que as mulheres brancas se servem mais da esterilização que as negras (Gráficos 83 e 84). "No Rio de Janeiro, em particular, são as mulheres brancas, com nível educacional mais alto, e com melhor nível de renda, as que têm maior recurso à contracepção em geral, e à esterilização, em particular. O pequeno acesso aos serviços médicos e à contracepção por parte de mulheres mais pobres constitui um efeito das desigualdades sociais verificado no país e resulta em uma desigualdade de oportunidade". Isto se contrapõe ao discurso do movimento de mulheres negras que denuncia o genocídio da raça negra pelo aumento da esterilização das mulheres negras. Como ficamos? A prática da interrupção da gravidez também foi analisada no texto, mas a partir dos dados não se pode concluir que haja

uma variação significativa nesta questão com relação a raça, nem abrangência quanto ao fenômeno.

No capítulo 4 o tema abordado é o da violência contra as mulheres. O texto focaliza o tema a partir das "relações de gênero na medida em que a força física é usada no contexto familiar, na interação conjugal. O uso da violência também tem a ver com as relações gênero quando restringe o acesso de mulheres ao espaço público". Os dados analisados referem-se aos conflitos judiciais, tipos de agressão, queixas e status sócio-econômico, características do agressor, local da agressão, escolaridade das vítimas, padrões de agressão e de roubo e furto. Estas informações são tabuladas para homens e mulheres e distribuídas por raça. Infelizmente uma análise mais detalhada das delegacias especiais de atendimento às mulheres não foi feita no texto.

O capítulo 5 trata do associativismo e da participação política das mulheres no Rio de Janeiro e inicia afirmando que as mulheres participam pouco de organizações complexas, envolvidas com o trabalho doméstico, ou são excluídas pela dupla jornada. Corroborando a afirmação, dados sobre participação em associações de classe, sindicatos, partidos políticos e associações de bairro mostram a baixa participação feminina, mas diferenciada para as associações de bairro. Estas são organizações que têm o predomínio das mulheres negras e têm sido um espaço de aprendizagem política para as mulheres, sobretudo nos bairros populares e nas favelas. É bem verdade que, com exceção dos sindicatos, a participação de homens e mulheres na vida associativa é baixa para todos. O texto informa também sobre o número de eleitores, quais as fontes de consulta para decidir o voto, o acesso aos meios de comunicação, a distribuição entre homens e mulheres na disputa pelos cargos eletivos nas eleições de 1982 e 1990.

Rio de Janeiro Plural pretende ser um vasto painel sobre a vida das mulheres fluminenses; reuniu informações valiosas, contou com a colaboração de excelentes pesquisadores, mas ficou faltando um maior esforço analítico dos resultados encontrados que permitisse colocá-los em perspectiva e atingir seu objetivo de servir de guia para futuras políticas sociais. Representa ainda assim uma contribuição na literatura de gênero e raça no Brasil e deverá ser muito útil como fonte de dados para os futuros embates dos movimentos negro e de mulheres no Rio de Janeiro.

HILDETE PEREIRA DE MELO ■